



**Dar força ao PCP**

**Em defesa da Segurança  
Social, pública, universal  
e solidária**

# Índice

## **I - A Segurança Social faz falta ao Povo**

### **II - Pôr fim aos ataques**

Com PS, PSD e CDS-PP é sempre a cortar

Uma gestão contrária aos objectivos da Segurança Social

Opções ruinosas

A ocultação da escandalosa dívida à SS

### **III - PS, PSD e CDS-PP põem em risco o futuro da Segurança social**

A ruptura com a política de direita

Denunciar as mistificações:

Redução da Taxa Social única e criação de emprego

Aumento da esperança de vida e insustentabilidade da SS

O aumento nas pensões mais baixas proclamado pelo actual Governo

### **IV - Dar mais força ao PCP - Em defesa da Segurança Social, pública, universal e solidária**

As soluções do PCP

Por uma Melhor Segurança Social - um direito de todos

## I - A Segurança Social faz falta ao Povo

O sistema público de segurança social - universal e solidário - é um elemento-chave na vida de todos os portugueses. Trata-se de assegurar o direito à reforma depois de uma vida de trabalho, a uma pensão por velhice ou invalidez, à protecção no desemprego, na maternidade e paternidade, e em situação de risco de pobreza.

As capacidades do Sistema público construído após a Revolução de Abril não estão ultrapassadas. Bem pelo contrário, ele é o único sistema capaz de assegurar os direitos de protecção social a todos os portugueses e contribuir para uma melhor re-distribuição do rendimento nacional.

Não é o aumento da esperança de vida, nem as despesas com o pagamento das reformas e do conjunto das prestações sociais que põem em perigo a sustentabilidade financeira da segurança social.

É exactamente pela capacidade de gerar vultosas receitas que ele está na mira de quem quer transformar a protecção social num negócio privado, mesmo sabendo que tal significa abandonar os portugueses à sua sorte exactamente nas eventualidades e situações de risco em que mais precisam do Sistema de Segurança Social - público, universal e solidário.

O PS, PSD e CDS-PP falam em «equidade», «equilíbrio», «sustentabilidade», mas o que impõem é o roubo nos salários e pensões, acompanhando-o da redução dos direitos de protecção social dos trabalhadores da Administração Pública e do sector privado.

Falam de harmonização dos regimes da Segurança Social em nome de alegados critérios de justiça, mas o que impõem é a regressão dos direitos para todos.

São escolhas que traduzem a convergência entre o PS, PSD e CDS-PP visando transformar o Sistema Público num sistema residual, selectivo na atribuição das prestações sociais, de pendor assistencialista e caritativo.

## II - Pôr fim aos ataques:

**É** do interesse das várias gerações de trabalhadores e também do povo a defesa da saúde financeira do Sistema Público de Segurança Social. Contudo, essa é uma preocupação que tem andado arredada das políticas de sucessivos governos, embora encham hipocritamente o discurso em sentido contrário.

Os protagonistas da política de direita - PS, PSD e CDS-PP - procuram ocultar quais foram e são os grandes beneficiários do conjunto de soluções que têm sido adoptadas ao longo de décadas. Como ocultam quais são os objectivos que pretendem levar mais longe para o futuro.

### **Com PS, PSD e CDS-PP é sempre a cortar nos direitos**

Sucessivas alterações aos montantes e prazos de atribuição do subsídio de desemprego. Milhares de desempregados excluídos do direito à protecção social. A introdução do «factor de sustentabilidade», com redução no valor das pensões para todos os trabalhadores a pretexto do aumento da esperança de vida. Aumento da idade legal de reforma. Alterações nos critérios de atribuição do abono de família e nas prestações sociais sujeitas a condição de recurso, traduzidas na redução do seu valor e cortes na sua atribuição. Congelamento desde 2010 do valor das reformas e do conjunto dos apoios e prestações sociais.

O ataque ao regime não contributivo da segurança social significou que, de 2010 a 2013, perderam o acesso ao abono de família 566 944 crianças. No mesmo período, 312 709 pessoas perderam o acesso ao rendimento social de inserção e 73 810 idosos perderam o complemento solidário para idosos.

Em apenas um ano (Setembro/2013 a Setembro/2014), e segundo dados da Segurança Social, perderam o acesso ao subsídio de desemprego 71 684 pessoas.

**Evolução dos cortes nas prestações sociais (Segurança Social)**

<i>Tipo prestação</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Dif entre 2010-14</i>
Subs. desemprego	424.966	453.413	543.615	562.998	336.639	-88.327
Beneficiários RSI	526.013	447.605	420.803	360.153	216.497	-309.516
Família com RSI	206.700	173.028	160.358	148.107	92.869	-113.831
Titulares de Abono de Família	1.844.550	1.399.897	1.296.587	1.277.606	1.168.395	-676.155
CSI – Complemento Solidário Idoso	246.664	248.734	244.869	237.844	200.602	-46.062
						<b>-1.233.891</b>

*Estatística Segurança Social***Uma gestão contrária aos objectivos da Segurança Social**

A acção de sucessivos governos – PS, PSD e CDS-PP – tem sido pautada pela falta de eficácia e eficiência na recuperação de receitas resultantes do elevado volume de dívida e evasão contributiva; pela promoção de diversas formas de redução da taxa social única às empresas, transformando a excepção em regra; pelos apoios ao capital financeiro, permitindo a transferência de 40 mil bancários para a segurança social sem terem sido assegurados os respectivos meios financeiros. Tudo isto representa elevadas perdas de receitas devidas à segurança social!

O actual Governo PSD/CDS-PP leva a cabo um acelerado processo de degradação da qualidade do serviço público, consubstanciado nos atrasos na atribuição e pagamento de prestações sociais, no encerramento ou concentração de serviços, na substituição do atendimento presencial pelo telefónico.

Para suprir graves necessidades permanentes face à redução do número de trabalhadores recorrem a desempregados (por um período de um ano) e a empresas de trabalho temporário.

**Opções ruins**

Está por fazer o inventário de receitas subtraídas continuamente ao regime contributivo da Segurança Social. Uma coisa é certa: trata-se de uma gigantesca operação de esbulho, que só pode ter o classificativo de crime.

Por um lado, a perda de receitas resultou do continuado aumento da

dívida à Segurança Social, da permissividade com a subdeclaração de salários (os descontos dos trabalhadores foram usados para o apoio explícito às chamadas reestruturações económicas, como privatizações, fecho e deslocalização de empresas, despedimentos), de múltiplas formas de redução e isenção do pagamento da Taxa Social Única (TSU), como ainda recentemente se viu com a redução a que esta foi sujeita numa espécie de moeda de troca que na prática significou pôr os trabalhadores a pagar o reduzido aumento do salário mínimo nacional.

Por outro lado, na origem da acentuada perda de receitas está também o definhamento económico, a destruição do emprego, a redução dos salários, a generalização da precariedade laboral.

Não obstante este brutal ataque a que foi sujeito, o regime contributivo da Segurança Social teve ao longo dos anos saldos positivos e assegurou o pagamento das prestações sociais respectivas.

Pode-se assim concluir que a redução das suas receitas é consequência não das prestações sociais devidas aos trabalhadores e aos reformados mas das opções ruinosas da política de direita.

## **A ocultação da escandalosa dívida à Segurança Social**

Sucessivos governos têm sido cúmplices numa elevada e persistente dívida e evasão contributiva à Segurança Social.

Os dados sobre a sua evolução nos últimos anos escasseiam fruto da falta de transparência. Mesmo a lista de devedores à Segurança Social, que deveria ser publicada, foi suspensa.

Apesar do esforço do actual Governo para ocultar a situação que representa a perda de importantes receitas para a segurança social, é possível concluir, com base nos poucos dados disponíveis, que com a «troika» e o Governo PSD/CDS-PP as dívidas à Segurança Social aumentaram. **As dívidas à Segurança Social, entre 2010 a 2013, aumentaram em 3957 milhões de euros, passando de 5963 milhões de euros para 9920 milhões.**

Desconhece-se os montantes que foram abatidos neste valor pelo facto de ou terem prescrito, ou porque o Governo os tenha considerado de pagamento impossível.

### **III - PS, PSD e CDS-PP põem em risco o futuro da Segurança Social**

**O** PSD/CDS-PP anuncia um novo corte de 600 milhões de euros nas pensões e reformas para 2016.

O CDS-PP, pela voz de uma das suas dirigentes, vem afirmar o que já se sabia, que este partido concorda com o corte de 600 milhões de euros nas pensões, argumentando falaciosamente tratar-se de uma questão de sustentabilidade do sistema.

Mais uma confirmação da profunda demagogia de Paulo Portas e do CDS-PP em torno dos reformados com pensões mais baixas. Os cerca de mais de 3 milhões de reformados e pensionistas estão a empobrecer, aumentando o número dos que têm pensões de miséria.

Por seu turno, o PS, pela voz de António Costa, anuncia a intenção de cortar nos descontos para a segurança social das entidades patronais e dos trabalhadores a pretexto da criação de emprego, quando na verdade porá em causa o financiamento da segurança social e a redução do valor das pensões.

### **A ruptura com a política de direita**

O projecto do PS, PSD e CDS-PP convergem no objectivo de abdicar das fontes de financiamento do sistema de protecção social dos trabalhadores resultantes da riqueza criada pelos próprios trabalhadores, para as colocar ao serviço do desempenho da «economia», ou seja satisfazer as aspirações do grande capital de redução das suas responsabilidades para com o financiamento do Sistema de Segurança Social, obtendo por esta via uma maior redução dos custos do trabalho.

Trata-se de transformar o Sistema Público num sistema de pendor assistencialista e caritativo na atribuição das prestações sociais, na redução dos direitos de protecção social, reduzindo as suas receitas de acordo com o «desempenho da economia», ou seja do processo de concentração capitalista, colocando ao serviço do lucro fatias importantes da protecção social que devem ser assumidas pelo sistema público (redução da taxa social única, plafonamento das pensões colocando-as nas gestão dos fundos de pensões, entre outros).

É claro que as medidas defendidas pelo PS, PSD e CDS-PP para o futuro aprofundam a política realizada no passado. Trata-se de adequar a Segurança Social Pública ao prosseguimento das políticas de empobrecimento e de aumento de exploração e de subordinação do povo e do País às orientações das instâncias do capitalismo europeu e internacional (UE, FMI).

Trata-se de destruir o Sistema Público de Segurança Social, universal e solidário, e de sacrificar o justo direito de todos os portugueses à protecção social.

## **Denunciar as mistificações:**

### **Redução da Taxa Social Única e criação de emprego**

A redução da Taxa Social Única (TSU), qualquer que seja a modalidade proposta, terá consequências na redução das receitas para a Segurança Social e desresponsabiliza o patronato para com as suas obrigações no financiamento do sistema.

Trata-se de dar mais um passo na política de sucessivos governos - PS, PSD e CDS-PP - na utilização das receitas da Segurança Social como instrumento de política económica e que já mostrou a sua ineficácia quanto aos objectivos apregoados pelos sucessivos governos, sendo certo que representou desviar importantes receitas à custa da redução de importantes direitos devidos aos trabalhadores e aos reformados e aos que se encontram numa situação de pobreza.



O PS afirma que não é possível defender a sustentabilidade financeira da segurança social sem criar mais emprego, justificando por isso a redução da TSU. É uma falácia!

Uma diminuição de 4 a 8 pontos percentuais da TSU tem um reduzido impacto na estrutura de custos das empresas.

Uma redução de 4 pontos percentuais na taxa contributiva paga pelas entidades patronais (passando dos 23,75% actuais para 19,75%) determinaria uma redução média nos custos das empresas em apenas 0,41%.

Se a redução fosse 8 pontos percentuais - 4 na TSU pagos pelos trabalhadores e 4 pagos pelos patrões, como defende o PS e António Costa, a redução de custos das empresas nem chegaria a 1%.

É evidente que não é com a redução de custos desta dimensão que se pode aumentar a competitividade das empresas e promover o investimento.

Certo e seguro seria a redução das receitas para a segurança social: mais de 3000 milhões de euros por ano resultantes da redução da TSU de 4 pontos percentuais para as entidades patronais (de 23,75% para 19,5%) e 4 pontos percentuais para os trabalhadores (de 11% para 7%).

Acresce que a redução da TSU na componente dos trabalhadores repercutir-se-ia negativamente na taxa de formação da pensão do trabalhador, representando a imposição de pensões mínimas no futuro. Tal redução representa uma opção política de pôr em causa a Segurança Social, reduzindo-a a curto prazo a uma Segurança Social de mínimos sociais e meramente assistencialista.

A TSU é uma contribuição determinante para o regime previdencial, que compromete trabalhadores e patronato não devendo ser substituída por outras «compensações financeiras», como o PS propõe por via do IRC, impostos sobre as grandes fortunas, etc.

Tal alteração representa trocar uma receita certa e imediata que é devida à segurança social por uma receita incerta e insuficiente, pondo em causa o pagamento das reformas e outras prestações sociais que passariam a estar dependentes de impostos e condicionados por opções orçamentais.

A redução da TSU não visa nem criar mais emprego, nem o desenvolvimento económico do País, mas libertar o grande capital para com o financiamento da segurança social e destruir a relação existente na Segurança Social: as contribuições pagas dão direito ao trabalhador a receber uma pensão.

É um caminho inaceitável que representa abalar a estrutura de financiamento deste sistema e objectivamente libertar o patronato das suas obrigações, dando novos passos na subordinação da segurança social aos objectivos de concentração capitalista.

### **Aumento da esperança de vida e insustentabilidade da SS**

O PS, PSD e CDS-PP estabelecem sempre uma estreita relação entre sustentabilidade financeira da segurança social e o aumento da esperança de vida ocultando a riqueza criada pelos trabalhadores e pelos reformados.

Se atendermos ao período entre 1975 e 2004 o número de activos por pensionista diminuiu de 3,78 para 1,63 ou seja baixou 2,3 vezes. No entanto, no mesmo período de tempo a riqueza criada por empregado cresceu 41 vezes mais pois segundo o Banco de Portugal, o PIB por empregado subiu de 640 euros para 25 300 euros.

No período entre 2004 e 2014 a riqueza criada por trabalhador aumentou 29,3%. Um aumento que se registou todos os anos situando-se em 2014 em mais de 38 mil euros.

#### **Aumento da produtividade (PIB por empregado) no período de 2004-2014**

<b>Ano</b>	<b>PIB/Empregado</b> <small>(preços correntes de mercado)</small>
2004	29.744 €
2011	31.165 €
2012	37.036 €
2013	38.243 €
2014	38.461 €
<b>Aumento 2004/2014</b>	<b>29,3%</b>

## O aumento nas pensões mais baixas proclamado pelo actual Governo

O actual governo PSD/CDS tem ocultado o congelamento das reforma e pensões desde 2010 e as diversas modalidades de cortes nos valores das pensões.

Trata-se de uma profunda mistificação quando afirma ter aumentado todos os anos e em 2015 as pensões mais baixas em 1%. A verdade é que se limitou a aumentar em alguns míseros cêntimos o 1º escalão das pensões mínimas da segurança social, deixando de fora todos os outros escalões correspondentes a maiores períodos contributivos. O mesmo se registou no âmbito da Caixa Geral de Aposentações em que, igualmente, ficaram de fora as pensões mínimas com períodos contributivos mais longos.

O ridículo aumento de 1% que abrangeu o regime especial dos agricultores (+ 2,39 euros mensais) e a pensão social do regime não contributivo com um aumento mensal de 2 euros.

A verdade é que PS, PSD e CDS-PP são responsáveis pela redução do valor das pensões em resultado da aplicação das políticas de austeridade a partir de 2010 no âmbito dos PEC's a que se seguiu o Pacto de Agressão. Após o que chamaram a “saída limpa” continuam unidos no projecto de institucionalização para o futuro de baixos valores de reformas no âmbito do Sistema Público.

É um caminho inaceitável! Nas últimas décadas Portugal manteve-se como o País da União Europeia com pensões mais baixas. Em 2011 os idosos portugueses tinham menos condições para viver a sua velhice com qualidade do que no resto da União Europeia.

Em 2014, a pensão média de um milhão, cento e setenta mil reformados era de 336€. Nesse ano, um milhão oitocentos e noventa e um mil pensionistas de velhice tinham uma pensão média de 414,50€.

Em contrapartida, Portugal tornou-se, nos últimos anos, um país mais desigual em termos de distribuição de rendimentos: o rendimento dos 10% mais ricos é hoje dez vezes superior ao dos 10% mais pobres.

O fosso entre ricos e pobres está ao pior nível dos últimos 30 anos.

As grandes fortunas cresceram milhões de euros nos três anos da troika, em Portugal.

## **IV - Dar força ao PCP**

### **Em defesa da Segurança Social, pública, universal e solidária**

O Sistema Público de Segurança Social, universal e solidário não está ultrapassado nem tão pouco é insustentável, como tem demagogicamente proclamado o PS, PSD e CDS-PP.

O projecto do PCP, assente na defesa e consolidação do Sistema de Segurança Social que os trabalhadores, o Povo e o País precisam, põe fim à subversão dos seus regimes e da acção social e é uma sólida garantia de protecção social em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, ou de capacidade para o trabalho.

Um sistema de Segurança Social, público, universal e solidário que se assuma como um instrumento de distribuição da riqueza criada pela economia, ou seja pelos trabalhadores e pelos reformados, cumprindo integralmente o seu papel na elevação das condições de vida e que concorra para a coesão e o progresso social.

O Sistema Público de Segurança Social tem como exclusivo objectivo assegurar os direitos de protecção social dos trabalhadores, no respeito pelo seu modelo de repartição, da relação existente entre salários, descontos, período contributivo e direito à protecção social, e do princípio de solidariedade inter-geracional em que se alicerça - entre trabalhadores no activo e destes para com os trabalhadores reformados.

O Sistema Público de Segurança Social, universal e solidário é o garante da promoção de uma política de solidariedade social assente no reforço das transferências sociais para o regime não contributivo da segurança social,

garantindo critérios de justiça na atribuição das prestações sociais de combate à pobreza.

## **As Soluções do PCP**

### **Por uma melhor Segurança Social: um direito de todos**

#### **1. Repercutir a riqueza criada no País na Segurança Social**

- Mais emprego, melhores salários significam melhores prestações sociais, mais receitas para a segurança social.
- Assegurar as fontes de financiamento necessárias e adequadas ao regime previdencial dos trabalhadores:
  - Fim à proliferação de isenções e reduções da TSU;
  - Criar uma nova contribuição para a segurança social obrigatória para as grandes empresas incidindo sobre a riqueza criada (Valor Acrescentado Líquido) que se conjugará com a actualmente existente em função do volume de emprego;
  - Estabelecer planos pluri-anuais de combate à evasão e dívida contributiva e reforçar os meios humanos afectos às funções inspectivas;
  - Afectar 0,25% de imposto, a criar sobre todas as transacções na Bolsa de Valores, destinados ao reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social.

#### **2. Reposição dos direitos roubados e melhoria das prestações sociais:**

- Alargamento dos critérios de acesso e prolongamento do período de atribuição do subsidio de desemprego;
- Promover uma convergência da protecção social do sector público e privado no respeito pelos direitos e assente numa harmonização no progresso social;

- Assegurar o direito à reforma e a uma pensão digna;
- Revogação do factor de sustentabilidade;
- Reposição da idade de reforma aos 65 anos;
- Garantir a antecipação da idade de reforma sem penalizações para os trabalhadores com carreiras contributivas de 40 e mais anos;
- Reforçar os direitos de maternidade e paternidade nos diversos regimes de protecção social;
- Repor a universalidade do abono de família a crianças e jovens;
- Estabelecer critérios de justiça nos apoios e prestações sociais sujeitos a condição de recurso, assegurando o direito a um rendimento mínimo que permita viver com dignidade a quem se encontra na situação de pobreza;
- Proceder à melhoria da protecção social das pessoas deficientes.

### **3. Uma gestão da Segurança Social ao serviço do Povo e do País - Elevação da qualidade do serviço público**

- Reforçar os meios humanos e técnicos afectos ao funcionamento das diversas áreas do Sistema Público e dos seus diversos regimes;
- Assegurar serviços de proximidade e de qualidade;
- Assegurar os direitos de informação dos seus beneficiários e garantir o direito de participação dos trabalhadores e das suas organizações.

Links:

[http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/201205\\_Sistema\\_Publico\\_de\\_Seguranca\\_Social.pdf](http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/201205_Sistema_Publico_de_Seguranca_Social.pdf)

<http://www.avante.pt/pt/2135//132754/>

<http://www.avante.pt/pt/2135//132755/>

Maio de 2015